ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO, COM SEDE EM CUIABÁ/MT, CARTA SINDICAL N.º 010.000.01906-0, E INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O N.º 00.965.962/0001-85, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SEU PRESIDENTE, SR. EDÉSIO MARTINS DA SILVA, PORTADOR DO CPF N.º 345.822.741-53 E DE OUTRO LADO O SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO NACIONAL, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O N.º 33.469.164/0001-11, COM SEDE NA AV. AYRTON SENNA N.º 5555 – JACAREPAGUÁ, CEP: 22.775-004, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEUS PROCURADORES, ANTÔNIO LISBOA CARDOSO, PORTADOR DA OAB/DF SOB O N.º 9.901, CPF N.º 315.421.821-15 E DANIELA FERNANDA DA SILVEIRA, PORTADORA DA OAB/DF SOB O N.º 55.611, CPF N.º 000.495.621-42, MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

Abrangência

Cláusula 1ª- As condições estabelecidas no presente instrumento aplicam-se a todos empregados do SESC-AN contratados para trabalhar neste Estado.

Data – base

Cláusula 2ª- Fica fixado o dia 1º de fevereiro como data-base da categoria.

Reajuste Salarial

Cláusula 3ª- O SESC-AN concederá, a partir de 01.02.2025, a seus empregados reajuste salarial de 6% (seis por cento) incidentes sobre os salários base, salários dos cargos em comissão e valores das gratificações de função, vigentes em janeiro de 2025, compensando-se os reajustes concedidos durante a negociação coletiva.

Piso Salarial

Cláusula 4ª- O piso salarial (salário normativo) dos empregados efetivos é fixado em R\$ 1.894,00 (um mil e oitocentos e noventa e quatro reais) e o dos trabalhadores temporários é de R\$ 1.635,00 (um mil e seiscentos e trinta e cinco reais),

para carga de trabalho de 44 (quarenta e quatro horas) semanais.

Parágrafo único – Não poderão ser admitidos empregados com salários inferiores ao estabelecido no *caput* desta cláusula, os quais serão utilizados para cálculo e pagamento do adicional de insalubridade, porventura devido, respectivamente, aos empregados, efetivos ou temporários.

Demonstrativo de pagamento

Cláusula 5ª- O pagamento de salário será feito mediante recibo, cuja disponibilização aos empregados se dará por meio de acesso ao sistema digital de consulta e/ou impressão, no qual constarão o demonstrativo da remuneração, com discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados ou o total da produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS, ficando o SESC-AN desobrigado a entregar impresso, salvo em casos excepcionais, que serão avaliados mediante requerimento fundamentado do empregado.

Anotações no registro de ponto

Cláusula 6ª- Fica o SESC-AN autorizado a manter o atual sistema de controle de jornada de trabalho dos empregados, devendo, entretanto, disponibilizar aos trabalhadores informação sobre qualquer ocorrência que ocasione a alteração do pagamento mensal, referente ao período em que foi aferida a frequência.

§ 1º- Fica ainda o SESC-AN autorizado a adotar um ou mais dos tipos de sistema de registro de ponto eletrônico disciplinados na legislação (REP-A, REP-C e REP-P), inclusive com marcação por geolocalização.

§ 2º- Fica ratificado por este instrumento às disposições de frequência estabelecidas nas normas internas, em especial às aplicáveis aos cargos de confiança, em comissão ou função gratificadas, nos termos do inciso II do art. 62 da CLT.

Férias

Cláusula 7ª- O início do gozo das férias não poderá coincidir com feriados, repouso semanal, ou dias já compensados, observando-se os termos do Regulamento de Pessoal e legislação trabalhista.

§ 1º- Comunicando ao empregado o período do gozo de

férias, o SESC somente poderá cancelar ou modificar o início previsto, mediante prévio aviso ao trabalhador.

§ 2º- O pagamento das férias será efetuado até dois dias antes do início do respectivo período.

Homologações de rescisões de contratos

Cláusula 8ª- Fica facultada a realização das homologações de rescisões de contratos na sede do Sindicato dos Empregados, observando-se, caso se utilize dessa faculdade, que a mesma deverá ocorrer nos dias úteis, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas, mediante dia e hora previamente marcados, assim como na empresa, nos termos da Lei.

Quadro de avisos

Cláusula 9ª- O SESC colocará à disposição do Sindicato, em locais de fácil acesso aos trabalhadores, Quadro de Aviso para fixação de comunicados e informações de interesse da categoria profissional.

Pedido de informações

Cláusula 10- O SESC atenderá aos pedidos de informações encaminhados pelo SENALBA/MT, desde que se trate de questões atinentes às relações de trabalho.

Visita da diretoria

Cláusula 11- A diretoria do Sindicato Profissional, no exercício de suas funções, desejando manter contato com seus filiados, terá garantido o imediato atendimento pelo representante do SESC, desde que seja previamente comunicado pelo Sindicato, e acordado entre as partes.

Descontos

Cláusula 12- As partes estipulam que poderão ser descontadas dos salários, todas as quantias devidas pelos empregados por conta de despesas médicas, alimentação, empréstimos em consignações, e outros descontos previstos neste Acordo, bem como os danos materiais causados pelos empregados, se for comprovada a culpa deles.

§ 1º- Poderá o empregado solicitar a exibição dos comprovantes das despesas que realizar, retroativos a 4 (quatro) meses a partir de seu pedido, devendo o SESC

exibi-los em até 60 (sessenta) dias posteriores.

§ 2º- No caso do empregado desejar a exibição dos comprovantes das despesas de prazo superior ao acima fixado, deverá requere-la, por escrito, de forma fundamentada, à Superintendência.

§ 3º- Das verbas rescisórias poderá o SESC efetuar descontos até o limite de uma remuneração do empregado, de acordo com o § 5º do art. 477 da CLT, excetuado às disposições do § 1º do art. 462 da CLT.

Equiparação a comerciários

Cláusula 13- Para efeito de uso das dependências do SESC, este reconhece que todos os seus empregados são comerciários por equiparação, e assim serão tratados.

Trabalho em repouso e feriados

Cláusula 14- É devido salário em dobro da jornada normal trabalhada em repouso semanais e feriados, não compensados.

Parágrafo único – O SESC concederá repouso semanal remunerado, pelo menos em um domingo por mês, salvo em relação às funções e atividades que possuam regime diferenciado previsto neste Acordo, como por exemplo, os guardas parque.

Adicional de insalubridade e periculosidade

Cláusula 15- Aos empregados que trabalhem em locais insalubres ou perigosos, assim caracterizados por lei ou detectados por perícia competente, receberão, respectivamente, adicional de insalubridade calculado sobre os salários fixados na Cláusula 4ª (Quarta) deste instrumento, ou adicional de periculosidade, este incidente sobre o salário-base de cargo efetivo, de acordo com as horas efetivamente trabalhadas nos locais e nas funções assim consideradas.

Parágrafo único - O SESC poderá designar empregados, mediante realização de capacitação, para atuarem de forma eventual na brigada de incêndio florestal, com o devido pagamento do adicional de periculosidade pelo período correspondente.

Adicional noturno

Cláusula 16- O trabalho noturno será pago com o adicional de 30% (trinta por cento), a incidir sobre o salário da hora normal.

Atuação da CIPA

Cláusula 17- Os integrantes da CIPA terão livre acesso a todos os locais de trabalho, em quaisquer dos turnos, sendo defeso ao SESC impedir, limitar ou inibir as ações, desde que estas digam respeito a questões referentes ao campo de atuação da CIPA.

Exames médicos periódicos

Cláusula 18- Sob as expensas do SESC, todos os trabalhadores farão obrigatoriamente, exames periódicos ocupacionais de saúde, conforme legislação específica e PCMSO.

§ 1º- Serão incluídos ainda os exames de prevenção do câncer da mama, cérvico-uterino e da próstata, quando solicitados pelo médico do trabalho por ocasião dos exames periódicos ocupacionais de saúde.

§ 2º- Os exames médicos, admissional, periódico e demissional ficarão à disposição do empregado, sempre que por ele for solicitado.

§ 3º- O empregado que for considerado inapto em exame médico demissional deverá ser encaminhado para o INSS, suspendendo-se o curso do aviso prévio, até decisão do órgão previdenciário, salvo se o empregado desejar, desde logo, a efetivação da rescisão do contrato de trabalho.

§ 4º- O empregado que for declarado inapto pelo INSS para continuar a exercer seu cargo, poderá ser readaptado em nova função como estabelece o § 4.º do Art. 461, da CLT.

Plano de saúde

Cláusula 19- O SESC manterá o atual plano de assistência médica a seus empregados, segundo as normas fixadas pela prestadora de serviços e normas internas.

Adiantamento, complemento auxílio-doença e limbo previdenciário

Cláusula 20- O SESC poderá conceder aos empregados, o benefício de adiantamento e complemento de auxílio-doença ou o pagamento do limbo previdenciário, nos termos das normas internas.

Atestado de afastamento e salário – AAS

Cláusula 21- Quando solicitado pelo empregado no prazo de 10 (dez) dias, posteriores a solicitação, ficará obrigado o SESC a fornecer em formulário próprio do INSS, a relação dos salários mensais pagos nos últimos 36 (trinta e seis)

meses, bem como os valores e data de recolhimento das contribuições previdenciárias.

Uniformes

Cláusula 22- Assegura-se ao empregado o fornecimento gratuito, pelo SESC, de todo equipamento de proteção individual, bem como os uniformes e instrumentos necessários ao desenvolvimento do trabalho, quando seu uso for exigido.

Do intervalo para repouso e alimentação

Cláusula 23- A duração do intervalo para alimentação e repouso será de no mínimo 60 (sessenta) minutos.

§ 1º- Poderá o SESC por necessidade ou conveniência de serviço, prorrogar a duração do intervalo para alimentação e repouso superior a 2 (duas) horas, conforme facultado no art. 71, *caput*, da Consolidação das Leis de Trabalho, do que dará prévio e expresso conhecimento aos empregados específicos.

§ 2º- Poderão os empregados ficarem desobrigados de assinalar o intervalo para alimentação e repouso, desde que o mesmo fique consignado no quadro de horário e/ou folha de ponto.

Das horas extras

Cláusula 24- As horas extras trabalhadas pelos empregados do SESC serão pagas da seguinte forma:

- a) Com acréscimo de 100% (cem por cento), se trabalhadas nos dias destinados aos repouso semanais e nos feriados;
- b) Com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), se prestadas nos dias de trabalho normal do empregado;
- c) As horas prestadas pelos empregados que ultrapassarem sua carga horária semanal contratual serão pagas ou compensadas, de tal forma que, até 31.01.2026, o total das horas trabalhadas não ultrapassem a soma das cargas horárias semanais contratuais, como previsto no Art. 59, §2º, da CLT;
- d) Se até, 31.01.2026, o trabalho, aqui pactuado, ultrapassar a soma das cargas horárias semanais, sem que tenha havido seu pagamento ou a redução proporcional do trabalho, deverá o SESC pagar as horas excedentes, devidamente discriminado.
- e) Se até, 31.01.2026, o empregado tiver banco de horas

negativo, fica o SESC autorizado a realizar o correspondente desconto em folha de pagamento como faltas e/ou impontualidade.

- f) O SESC considerará os adicionais, previstos nas letras A e B, para o pagamento das horas extraordinárias capituladas na letra “d”.
- g) As horas extras trabalhadas no horário noturno deverão ser pagas com o respectivo adicional.
- h) Os empregados poderão acompanhar o extrato simplificado do Banco de Horas, por meio do sistema de registro de ponto.
- i) As horas extras serão sempre calculadas e pagas sobre o salário do cargo efetivo do empregado, ainda que exerça função gratificada, se registrar o ponto.

Do atendimento de primeiros socorros

Cláusula 25- Obriga-se o SESC a manter, em suas unidades de trabalho, material necessário à prestação de primeiros socorros aos seus empregados, levando em conta as características das atividades desenvolvidas.

§ 1º- Os materiais de primeiros socorros deverão ser acondicionados em local de fácil acesso devidamente sinalizado.

§ 2º- Ocorrendo acidente no local de trabalho, cumprirá ao SESC providenciar o imediato transporte do empregado para estabelecimento de saúde apropriado.

Da Carga Horária

Cláusula 26- A carga horária de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto em relação às funções, cargos e atividades que possuam regime diferenciado previsto em Lei, Plano de Cargos e Salários ou neste Acordo, como por exemplo, os guarda parque.

§ 1º - A escala será fixada, mensalmente, pelo SESC, com uma folga semanal, pelo menos em um domingo por mês, salvo em relação às funções e atividades que possuam regime diferenciado previsto neste Acordo, como por exemplo, os guarda parque.

§ 2º - Fica autorizado o SESC, com a anuência dos empregados, a adotar a carga horária do *caput* às profissões e categorias especiais que possuam limitação legal de jornada, como por exemplo, assistente social, fisioterapeuta, desde que realize o aumento proporcional

do salário do empregado.

Dos empregados lotados na RPPN

Cláusula 27- Levando em consideração o local de trabalho, a importância da atividade exercida, a necessidade de se preservar o patrimônio da humanidade, e ausência de legislação ordinária, as partes resolvem manter o cargo de Guarda-Parque.

§ 1º- Os ocupantes de cargos lotados na RPPN prestarão serviços durante 08 (oito) horas por dia, em escala de, no mínimo, 06 (seis) dias, sendo lhes garantido o direito a uma folga de 24 (vinte e quatro) horas corridas para cada 03 (três) dias de trabalho, também corridos, garantindo-se folga de 08 (oito) dias àqueles que trabalharem 22 (vinte e dois) dias contínuos.

§ 2º- A escala será fixada pelo SESC considerando o local de trabalho a ser prestado e as épocas do ano (secas e alagamentos).

§ 3º- O SESC pagará aos empregados lotados na RPPN o adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento), calculado sobre os salários fixados na Cláusula 4ª (Quarta) deste instrumento, de dezembro a junho, e adicional de periculosidade de julho a novembro, este incidente sobre o salário base do cargo efetivo.

§ 4º- A alimentação, durante as escalas, será fornecida, gratuitamente, pelo SESC, e não será considerada, para nenhum efeito legal, como salário "in natura", já que é concedida para a realização do trabalho, salvo se o empregado utilizar a alimentação do Hotel, quando, então, aplicar-se-ão as normas internas do SESC-AN.

§ 5º- Os empregados lotados na RPPN, em virtude da localização e das condições atuais da dinâmica de trabalho, estão obrigados a fazer pernoite, recebendo, para tanto, adicional de 20% (vinte por cento) do salário inicial do cargo de cada empregado, constante na tabela salarial do plano de cargos e salários, já encontrando quitado os serviços extraordinários que forem prestados pelo empregado durante o pernoite, com exceção daqueles caracterizados por prorrogação da jornada.

§ 6º- Considera-se pernoite o horário fixado entre 19:00 horas de um dia e 07:00 horas do dia seguinte.

§ 7º- O adicional referente às funções que, porventura, não estejam especificadas na tabela salarial do plano de cargos e salários será calculado sobre o piso da categoria.

§ 8º- As disposições desta cláusula não se aplicam aos empregados ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas.

Do alojamento e da habitação

Cláusula 28- O SESC-AN, considerando as atribuições de determinados cargos e para facilitar a execução dos respectivos trabalhos, se compromete a conceder a seus ocupantes alojamento ou habitação gratuitos, os quais não serão considerados salário "in natura", para nenhum efeito legal.

Da contratação de trabalhadores temporários

Cláusula 29- O SESC poderá contratar trabalhadores temporários nas suas unidades, inclusive para prestarem serviços de prevenção e de combate a incêndio, durante a época da seca.

Parágrafo único – Aplicar-se-á a esses trabalhadores que atuarem na RPPN as normas da cláusula 27 (vinte e sete) deste Acordo.

Do auxílio funeral

Cláusula 30- Os empregados terão direito a receber, diretamente da seguradora contratada, os benefícios consubstanciados no tópico “Seguro Funeral - Familiar”, da apólice de seguro paga integralmente pelo SESC-AN, de acordo com as normas estabelecidas.

Parágrafo único – No caso de falecimento dos pais, cônjuge, filhos e/ou outra pessoa dependente, a ausência do empregado poderá se estender por até 05 (cinco) dias consecutivos, mediante requerimento acompanhado do atestado de óbito.

Do abono de faltas do estudante

Cláusula 31- Abono de faltas que resultem de provas escolares, desde que, com antecedência de 48 horas (quarenta e oito) horas, comprove o empregado, perante o SESC, a realização de provas coincidente com a jornada de trabalho.

Das refeições

Cláusula 32- Fica garantido o atual sistema de fornecimento de refeições no Hotel Sesc Porto Cercado, Parque Sesc Serra Azul e RPPN Sesc Pantanal.

Do transporte

Cláusula 33- O SESC-AN concederá transporte gratuito aos empregados no trecho Poconé/Porto Cercado/Poconé e no trecho Coqueiral / Bom Jardim / Sesc Serra Azul / Bom Jardim / Coqueiral, viagem ida e volta.

Parágrafo único - Tendo em vista as vantagens e benefícios alcançados pelos empregados neste Acordo e que o regulamento de pessoal prevê que os empregados do Sesc poderão prestar seus serviços em quaisquer unidades, dentro do estado, o tempo de deslocamento no transporte fornecido não será considerado como tempo de serviço, para nenhum efeito legal, entre o período gasto pelo empregado no trajeto Poconé/ Hotel Sesc Porto Cercado/ Poconé, Poconé/ Parque Sesc Baía das Pedras/ Poconé, Poconé/ RPPN Sesc Pantanal/ Poconé, Base Operacional/ Hotel Sesc Porto Cercado/ Base Operacional, Base Operacional/ Parque Sesc Baía das Pedras/ Base Operacional, Base Operacional/ RPPN Sesc Pantanal/ Base Operacional, Base Operacional/ Centro de Desenvolvimento Social/ Base Operacional, Coqueiral/ Bom Jardim/ Parque Sesc Serra Azul/ Bom Jardim/ Coqueiral, ida e volta, bem como aquele despendido entre quaisquer das unidades e/ou dependências integrantes do Polo Socioambiental Sesc Pantanal.

Cláusula 34- O vale transporte que é concedido aos empregados que trabalham no Sesc Poconé e na Base, na forma da legislação específica, poderá ser entregue em pecúnia, se for solicitado, por escrito, pelo beneficiário.

Parágrafo único – Os empregados que moram em Poconé e trabalham no Sesc Poconé dessa cidade fazem jus a vale transporte no valor bruto unitário de R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos), que poderá ser pago em pecúnia, se for solicitado, por escrito.

Bolsa estudo

Cláusula 35- Será concedida Bolsa de Estudo aos empregados da Entidade segundo regras internas estabelecidas.

Seguro de vida

Cláusula 36- O SESC-AN manterá para seus empregados seguro de vida em grupo, de acordo com as normas estabelecidas.

Auxílio creche/babá

Cláusula 37- O SESC-AN concederá auxílio creche/babá aos seus empregados, homens e mulheres, observado o limite

máximo de R\$ 873,00 (oitocentos e setenta e três reais) mensais, por criança, com idade entre 0 e 6 (seis) anos, observadas suas normas internas.

§ 1º- Poderá o empregado optar por receber o auxílio babá, ao invés do auxílio creche, segundo normas estabelecidas.

§ 2º- A opção deverá ser manifestada por escrito, ficando, ainda, estabelecido que o valor do auxílio creche/babá não é considerado salário para nenhum efeito legal.

Comissão de Negociação

Cláusula 38- Fica instituída a comissão de negociação, que será escolhida em Assembléia Geral, sendo que os membros da mesma, mediante comunicação com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, serão dispensados do trabalho, sem prejuízo dos vencimentos, nos dias e horários designados para rodadas de negociações tendentes à celebração de Acordo com o SESC-AN, termo aditivo, convenção ou contrato coletivo de trabalho, cabendo ao SENALBA/MT a comunicação das datas e horários aos membros da comissão, sendo o transporte a cargo do SESC-AN.

Liberação de Dirigente Sindical

Cláusula 39- O SESC-AN poderá liberar os dirigentes sindicais de suas atividades para participarem de assembleias e reuniões sindicais com empregados do SESC-AN desde que comunicado com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, estabelecendo o dia, hora e local.

Substituição

Cláusula 40- O SESC-AN pagará ao empregado que substituir ocupante de cargo em comissão ou função gratificada o valor fixado na respectiva tabela salarial, na forma prevista no Regulamento de Pessoal.

Do ticket refeição

Cláusula 41- O SESC-AN fornecerá vale-refeição a seus empregados lotados na Base Administrativa e Sesc Poconé ao custo unitário de R\$ 50,56 (cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) por vale e na quantidade de uma unidade por dia trabalhado, nos termos de suas normas internas.

Da prontidão

Cláusula 42- O empregado que for escalado para ficar de prontidão no Hotel Sesc Porto Cercado, Parque Sesc Baía das Pedras

ou Sesc Serra Azul receberá, a título de adicional, a quantia correspondente a 2/3 (dois terços) do valor do respectivo salário-base-dia, de acordo com as normas estabelecidas.

Parágrafo único - Em razão do adicional recebido pelos empregados mencionados na *caput*, considera-se já quitado os serviços extraordinários que forem prestados pelo empregado durante a prontidão, com exceção daqueles caracterizados por prorrogação da jornada, tendo em vista as vantagens e benefícios alcançados pelos empregados, neste Acordo (cláusula 4ª, piso salarial; cl. 13, equiparação a comerciário; cl. 16, adicional noturno de 30%; cl. 19, plano de saúde; cl. 20, auxílio doença; cl. 25, atendimento de primeiros socorros; cl. 27, empregados lotados na RPPN; cl. 28, alojamento e habitação; cl. 30, auxílio funeral; cl. 32, refeições; cl. 35, bolsa de estudos; cl. 36, seguro de vida; cl. 37, auxílio creche/babá; cl. 41, ticket refeição; cl. 42, prontidão; cl. 43, trabalho da mulher; cl. 44, cursos; cl. 46, auxílio necessidades especiais; cl. 48, garantia no emprego); não sendo considerado, para nenhum efeito legal, como tempo de serviço, o tempo de prontidão.

Do Trabalho da mulher

Cláusula 43- A empregada gestante não poderá ser dispensada, sem justa causa, desde o início da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto, tendo o SESC-AN ciência ou não da gravidez.

§ 1º - Na ocorrência de aborto não criminoso, comprovado através de atestado médico oficial, é assegurada estabilidade no emprego pelo prazo previsto no “caput” desta cláusula.

§ 2º - A empregada lactante poderá optar por gozar dos 02 (dois) descansos especiais de meia hora, em uma única oportunidade, gozando de 01 (uma) hora diária contínua, no início ou no final da jornada de trabalho.

Dos cursos

Cláusula 44- O SESC-AN desenvolverá programas de capacitação e qualificação de recursos humanos, de acordo com normas internas.

Parágrafo único – Quando se tratar de cursos/congressos/capacitações/treinamentos e afins, decorrentes de exigência legal para desempenho da profissão e/ou atividade laboral, bem como para atender ao interesse de desenvolvimento do currículo do empregado, o período despendido para essas finalidades não será

considerado tempo a disposição do empregador, sobretudo quando se tratar de ação integralmente custeada pelo SESC-AN, inclusive nos casos em que houver viagens para localidade diversa do local de domicílio/residência do empregado e ainda que ocorram em horários e/ou dias que não são de expediente de trabalho.

Do intervalo interjornada

Cláusula 45- Estabelecem as partes contratantes que o intervalo de 11 (onze) horas entre duas jornadas de trabalho poderá, por compensação, ser reduzido em determinados dias para aumento desse intervalo em outros dias, a fim de possibilitar ao empregado usufruí-lo junto da família.

Parágrafo único – Restando impossibilitada a compensação, o SESC deverá remunerar a hora extra trabalhada, com o adicional legal, sob a rubrica de “horas extras”.

Do auxílio necessidades especiais

Cláusula 46- O empregado que possua filhos portadores de necessidades que exijam cuidados permanentes de terceiros por não apresentarem condições de gerir com autonomia suas necessidades básicas de autocuidado, tem direito a receber “auxílio necessidades especiais” no valor de R\$ 873,00 (oitocentos e setenta e três reais), desde que atenda aos requisitos estabelecidos em normas internas.

Do cumprimento

Cláusula 47- As partes se comprometem a cumprir o presente Acordo Coletivo de Trabalho em todos os seus termos e condições durante o prazo de vigência e até ser efetuada uma nova negociação, devendo discutir e aperfeiçoar o presente Acordo, sempre que necessário.

Da garantia de emprego na Pré-Aposentadoria

Cláusula 48- Fica vedada a dispensa, sem justa causa, do empregado que estiver há 12 (doze) meses da aquisição de qualquer tipo de aposentadoria pelo INSS, desde que tenha, no mínimo, 10 (dez) anos de serviço efetivo, ininterruptos, ao SESC-AN.

§1º- Para fins do disposto nesta cláusula o empregado deverá comunicar, por escrito, com apresentação de documentação comprobatória, ao SESC-AN, com

antecedência de 13 (treze) meses, o dia em que adquirirá direito a se aposentar, sob pena de perder o benefício estabelecido no caput deste dispositivo.

§2º- O empregado, ao ter seu requerimento de aposentadoria deferido pelo INSS, perderá o direito à garantia de emprego prevista nesta cláusula.

§3º - Não se aplica a garantia de emprego aos casos de pedido de demissão e dispensa por justa causa e de empregado que aderir a plano de demissão incentivada / voluntária.

Dos benefícios

Cláusula 49- Os benefícios (alimentação, auxílio creche, auxílio babá, auxílio necessidades especiais, bolsas de estudo, assistência médica, seguro de vida, adiantamento, complemento de auxílio-doença e limbo previdenciário, auxílio funeral, transporte etc.) concedidos pelo SESC-AN, ainda que não constem de Acordos Coletivos firmados com este Sindicato, não são considerados, para nenhum efeito legal, salários indiretos, pois não se destinam a retribuir a prestação de serviços dos empregados.

Do Processo Seletivo Interno

Cláusula 50- O Empregado que ficar afastado do emprego por motivo de doença ou acidente de trabalho, não poderá ser proibido de participar de processo seletivo interno, mas deverá estar apto quando da convocação, sob pena de eliminação do processo seletivo, não sendo garantida a vaga, em razão da necessidade de preenchimento imediato.

Do Plano de Demissão Incentivada ou Voluntária

Cláusula 51- Fica convencionado entre as partes que a adesão ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) ou Plano de Demissão Incentivada (PDI) instituído pelo SESC-AN, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, ensejam quitação plena e irrevogável de todos os direitos decorrentes da relação empregatícia, na forma do quanto estabelecido no artigo 477-B da CLT – Consolidação da Legislação Trabalhista.

Parágrafo único – Os direitos oriundos do Plano de Demissão Voluntário (PDV) ou Plano de Demissão Incentivada (PDI) serão regulamentados por Ato Institucional próprio à época de sua implantação.

Da Contribuição Assistencial

Cláusula 52- Para a discussão e negociação do presente Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026, foi publicado o Edital no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso n. 28.903, página 213 do dia 07 de janeiro de 2025, com a convocação de Assembleias nas unidades do SESC-AN no Estado de Mato Grosso, nos seguintes dias: 13/01/2025 às 08:30 horas no SESC PANTANAL/BASE/VG e às 14:00 horas no CAP POCONÉ/MT; 14/01/2025 às 08:30 horas e 14:00 horas no HOTEL PORTO CERCADO; 15/01/2025 às 08:30 na RPPN e às 15:30 horas na BAIÁ DAS PEDRAS e 16/01/2025 às 13:30 horas no SESC SERRA AZUL.

§ 1º - De acordo com o previsto no artigo 513, alínea 'e' da CLT e no Acórdão do STF, Pleno, RG-ARE 1.018.459/PR, a maioria dos empregados do SESC-AN presentes nas Assembleias mencionadas no *caput*, votaram por estabelecer a favor do SENALBA/MT, o percentual total de 3% (três por cento) sobre o salário-base até o limite máximo de R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo o pagamento realizado em três parcelas de 1% (um por cento) até o limite máximo de R\$ 100,00 (cem reais) cada, a serem descontadas nas folhas de pagamento relativas aos meses de julho, agosto e setembro de 2025, a título de Contribuição Assistencial para a realização do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026.

§ 2º- Fica assegurado que o empregado que não for filiado ao SENALBA/MT e discordar de pagar a Contribuição Assistencial, poderá exercer o direito de oposição ao pagamento da referida contribuição, no período de 14/04/2025 até 30/04/2025, por meio de carta individual e pessoal devidamente protocolada na sede do SENALBA/MT, localizado na Rua 13 de junho, n.º 1640, bairro Porto, Cuiabá/MT, CEP 78.025-000, horário de funcionamento das 07:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas, ou por meio de carta com aviso de recebimento (AR) postada até 30/04/2025.

§ 3º - O presente ACT será divulgado pelo sindicato por meio dos canais digitais e outros meios para que haja amplo conhecimento de todos os empregados e estará à disposição dos empregados nas unidades do SESC-AN no Estado de Mato Grosso.

§ 4º - Aos empregados filiados ao SENALBA/MT não se aplicará o pagamento da Contribuição Assistencial estabelecida nesta cláusula.

Da vigência

Cláusula 53- O presente vigorará até 31.01.2026, com seu efeito retroativo a 01.02.2025.

E, por estarem assim justos e acertados assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor, para que surta seus devidos e legais efeitos.

Várzea Grande/MT, 17 de março de 2025.

SESC – AN
Antônio Lisboa Cardoso
CPF 315.421.821-15
OAB/DF nº 9.901

SESC – AN
Daniela Fernanda da Silveira
CPF 000.495.621-42
OAB/DF nº 55.611

SENALBA - Estado do Mato Grosso
Edésio Martins da Silva
CPF: 345.822.741-53
Presidente